



Organização executora:

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL

Cliente:

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Beneficiário:

Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Contrato:

A pesquisa cujo o Plano de Trabalho será aqui apresentado resulta do Contrato No BRA10-36503/2018, da licitação JOF-0318/2017 que como objetivo dar suporte técnico ao processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) e no desenvolvimento de seus resultados (Projeto PNUD BRA/11/022 – 00080644).

O objetivo da pesquisa é realizar um conjunto de estudos capaz de fornecer subsídios técnicos para o fortalecimento da cooperação para o desenvolvimento sustentável, por meio da identificação de similaridades e convergências entre os mecanismos político-institucionais, econômicos, ambientais, sociais e de outras naturezas adotados por quatro países dos BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul) para implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), vis a vis os objetivos nacionais de desenvolvimento e as características específicas de cada país. Por fim, pretende apontar áreas de cooperação para o desenvolvimento sustentável, inclusive no contexto de outros agrupamentos do qual o Brasil faz parte, como o Mercosul.

Produto:

PRODUTO 01 – PLANO DE TRABALHO.

Prazo de entrega: 15 dias após a assinatura do contrato (16/08/2018).

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2018.

SUMÁRIO

1. Objeto do Contrato	3
2. Produtos e Atividades	3
3. Metodologia	5
3.1 Princípios Gerais da Metodologia Aplicada	5
3.2 Principais Etapas da Metodologia	9
3.2.1 Levantamento Bibliográfico e Documental	9
3.2.2 Diálogo com Especialistas	11
3.2.3 Levantamento dos Mecanismos de Promoção dos ODS por país	12
4. Equipe	15
5. Cronograma de execução das atividades	17
Bibliografia utilizada	21
Anexo 1: levantamento preliminar de material bibliográfico e documental para a pesquisa	22
BRICS	22
ODS	23
África do Sul	25
China	26
Índia	28
Brasil	29
Anexo II	32
Registro da reunião de alinhamento sobre o Contrato BRA10-36503, resultante da licitação JOF-0318/2017, vinculado ao Projeto PNUD BRA/11/022 – 00080644.	32

1. Objeto do Contrato

O contrato tem como finalidade realizar um conjunto de estudos a fim de fornecer subsídios técnicos para o fortalecimento da cooperação brasileira para o desenvolvimento sustentável. A partir da sistematização de um amplo conjunto de artigos científicos e de documentos técnicos, procurar-se-á identificar similaridades e convergências entre os mecanismos políticos, institucionais, econômicos e de outras naturezas adotados por quatro países constituintes dos BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul) para alcançarem os compromissos da Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os mesmos foram selecionados, previamente, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA).

A contratada para execução do projeto e responsável por toda a condução da pesquisa é o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), uma organização com sede no Rio de Janeiro, sem fins lucrativos, e que há 32 anos desenvolve um trabalho dividido em três frentes principais: a) Pesquisa e assessoria socioeconômica; b) Educação popular; e c) Incidência sobre os centros de poder. Seu trabalho consiste em oferecer o máximo de apoio, subsídios e sinergia aos processos de empoderamento dos atores sociais para que se tornem sujeitos plenos, conscientes e soberanos do próprio desenvolvimento enquanto pessoas e coletividades. Para isso, o PACS desenvolve pesquisas, análises e reflexão crítica sob a forma de publicações, entrevistas, programas de rádio e em linguagem audiovisual.

A contratante da pesquisa é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é a agência líder da rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e que foca sua ação no combate à pobreza e em prol do desenvolvimento humano, com ênfase na defesa dos direitos humanos e de igualdade de gênero e de raça. Desde 2002, o PNUD mantém trabalho sistêmico no incentivo e no fortalecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, agora, nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituintes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

2. Produtos e Atividades

Na reunião de alinhamento¹, que inaugurou o projeto, o MMA falou de suas expectativas e houve discussão sobre a metodologia, aprofundamento dos objetivos da pesquisa e definição do Comitê Técnico que acompanhará a mesma. Também foi ressaltada a importância de que os produtos da pesquisa tenham linguagem agradável (não acadêmica) e que sejam capazes de despertar o interesse dos gestores do MMA e de um público amplo. Ademais chamaram atenção para que o produto não seja muito extenso (50 páginas aproximadamente) e solicitaram que todos os relatórios mais extensos sejam encaminhados no Anexo.

¹ O relato da reunião, ocorrida em 07 de agosto de 2018, está no Anexo II deste documento.

Produtos	Atividades
<p>Produto 1 – Documento técnico contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) apresentação da metodologia a ser aplicada no estudo. b) definição da equipe e de suas funções. c) Definição de cronograma de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com as equipes do MMA e do PNUD² para alinhamento. • Elaboração do Plano de Trabalho contendo as linhas gerais da metodologia a ser aplicada no estudo a ser elaborado³. • Organizar e sistematizar a literatura acerca do tema. • Detalhar a metodologia do estudo.
<p>Produto 2 – Documento técnico contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) levantamento dos mecanismos político-institucionais, ambientais, econômicos, sociais e outros relevantes para implementação dos ODS, em cada um dos quatro países selecionados para a pesquisa, considerando-se seus contextos (político, econômico, institucional). Países: Brasil, África do Sul, China e Índia. b) identificação preliminar das iniciativas de coordenação e cooperação para alcance dos ODS entre os países do BRICS e entre esses e outros parceiros (apontar sempre que possível os mecanismos de gestão, implementação e financiamento). 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos mecanismos (político-institucionais e setoriais etc.) de implementação dos ODS, nos quatro países do BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul), apontando os riscos para a efetivação dos mesmos. • Levantamento das iniciativas de coordenação e cooperação para alcance dos ODS entre os países do BRICS e entre esses e outros parceiros (político-institucionais e setoriais etc.). • Apontar, preliminarmente, oportunidades de cooperação entre os quatro países da pesquisa (Brasil, Índia, China e África do Sul). • Incluir no levantamento bibliográfico os documentos sugeridos pelo PNUD e pelo MMA.
<p>Produto 3 – Documento técnico contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) levantamento de oportunidades de cooperação em prol do fortalecimento dos ODS, no 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar relatório final contendo as oportunidades de cooperação no contexto do BRICS e de outros mecanismos, com os aportes trazidos das discussões realizadas com especialistas. • Apontar desafios na implementação das iniciativas de cooperação em prol dos ODS.

² Além da reunião inicial com as equipes do MMA e do PNUD para alinhamento sobre a metodologia, outras poderão ser necessárias para planejamento das atividades, apresentação e discussão dos produtos e tratamento das questões que surgirem ao longo do contrato.

³ Esse documento conterá a sistematização preliminar da literatura acerca do tema. Os documentos recomendados pelo PNUD e pelo MMA serão incluídos no Produto 2, segundo definição da reunião de alinhamento.

Produtos	Atividades
contexto do BRICS e de outros mecanismos b) sistematização da contribuição e dos aportes dos especialistas apontados pela pesquisa.	
Produto 4 – Documento técnico contendo: a) compilação de todos os produtos aprovados, devidamente editados.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar <i>workshop</i> com especialistas para apresentar e discutir os resultados das atividades anteriores e prospectar oportunidades de cooperação • Compilar, ao final do trabalho, os produtos que foram entregues e aprovados, devidamente editados, com projeto gráfico, diagramado para publicação (incluindo capa e contracapa) e com revisão de língua portuguesa. Deverá ser entregue tanto em formato editável (.doc) quanto em formato <i>Portable Document Format</i> (PDF).

3. Metodologia

3.1 Princípios Gerais da Metodologia Aplicada

A pesquisa aqui apresentada tem o objetivo de produzir conhecimento e dar subsídios técnicos para o fortalecimento da cooperação para o desenvolvimento sustentável por meio da realização de estudos de cunho comparativo que identifiquem similaridades e convergências (e, logo, disparidades e divergências) entre os mecanismos implementados pelos quatro países selecionados para fortalecimento da Agenda 2030 e realização dos ODS. Ainda que não tratemos aqui de uma pesquisa acadêmica, a metodologia adotada partirá de alguns pressupostos gerais que orientarão todas as etapas e atividades subsequentes e que apresentaremos a seguir.

O método comparativo tem se mostrado uma ferramenta de análise fundamental nas Ciências Sociais e na Ciência Política, por apresentar um grande potencial de análise e de reflexão ao lançar luz para sugestivas similaridades e contrastes observados entre um mesmo objeto analisado em diferentes contextos (COLLIER, 1993). Assim, pesquisas comparativas entre distintos países têm sido amplamente empregadas no aperfeiçoamento da teoria sociológica e na política social, bem como vêm sendo crescentemente recorridas por gestores preocupados em conhecer e entender “o que está funcionando” em outros contextos com relação a instrumentos de políticas públicas (CROMPTON; LYONETTE, 2006).

A análise comparativa de mecanismos e instrumentos de políticas públicas, ou seja, estudos que analisam e comparam políticas públicas de diferentes sistemas políticos, tem se tornado um campo fundamental dos estudos comparativos. Ao permitir o diálogo e a análise de mecanismos gestados, elaborados e implementados em distintos sistemas políticos, esse

método permite aprofundar a reflexão sobre os mecanismos que são acionados frente a determinados problemas públicos em distintos contextos (apontando suas divergências e contrastes), bem como nos oferecem uma boa oportunidade para avaliar e comparar experiências de diferentes países com vistas a buscar inspiração para o desenho de soluções políticas para problemas públicos (LEICHTER, 1977).

Não obstante as potencialidades do método comparativo e do diálogo entre distintas realidades, Franzese (2007) chama atenção para o princípio fundamental da política comparativa moderna que é o reconhecimento de que o contexto (estrutural, cultural, institucional, social, econômico e político) importa. Isso se manifesta, segundo o autor, em pelo menos três dimensões.

A primeira, denominada de multicausalidade (*multicasuality*), coloca que instrumentos de políticas públicas, como instituições sociais, são resultado de processos de construção social complexos com múltiplas causas e com participação de diversificados atores que operam em contextos diferenciados. Isso dificulta, necessariamente, a identificação de uma variável ou de uma equação a ser generalizada para todos os países.

A segunda, denominada de condicionalidade do contexto (*context-conditionality*), significa que os efeitos de cada relação de causa ou variáveis escolhidas variarão em diferentes contextos e dependerão da trajetória histórica e da dependência do Estado de cada país analisado. A análise de instrumentos de políticas públicas demonstra que eles são construções sociais intrinsecamente ligadas aos contextos em que são criados, mobilizados e implementados, não obstante o crescimento recente da transferência de políticas públicas (*policy transfer*). Por isso, um mesmo instrumento de políticas públicas, por exemplo um mecanismo de promoção de um ODS, se aplicado em duas realidades distintas, terá diversificados e inesperados resultados, o que lança grandes dúvidas sobre a eficácia de se transpor, sem as adaptações e traduções necessárias, uma política pública de um contexto para o outro.

E, então, a terceira dimensão intitulada de endogeneidade (*endogeneity*) que implica que, na maior parte das vezes, as variáveis analisadas apresentem relações de reciprocidade e de interação umas com as outras. Ou seja, na prática, isso implica que as instituições influenciam e são influenciadas por outras instituições, o que dificulta o estabelecimento de relações causais de direção única.

Adicionalmente, Leichter (1977) nos adverte que, ainda que a análise comparativa entre países bastante diferenciados em termos de fatores políticos, sociais e econômicos possa representar uma grande riqueza, ela não nos deixa imunes ao risco de descontextualizarmos processos e construções sociais que são indissociáveis dos contextos em que foram originados e de pressupormos relações que não são dadas ou permanentes. A complexidade inerente aos processos sociais dificulta a seleção das variáveis de análise e requer uma maior sensibilidade do pesquisador permitindo-o avançar no trabalho comparativo e de diálogo entre experiências distintas sem perder a riqueza dos contextos e as especificidades de cada

país analisado, mas garantindo, ao mesmo tempo, que sua análise não se transforme numa agregação de casos descritivos.

Ao mesmo tempo, ao lidar com diferentes contextos históricos, sociais e políticos, é central perceber que se corre sempre o risco de projetarmos, na pesquisa, certos valores (normalmente ligados à nossa subjetividade) que são tomados como dados ou universais e aplicáveis em todas as sociedades. Esse aspecto chama atenção para a importância de, no momento de construção de nossos marcos comparativos, evitarmos olhar para realidades complexas e diferentes com as “nossas lentes”, problematizando sempre que possível os distintos contextos. Por exemplo, nem sempre os países ou governos têm a mesma visão sobre o papel do Estado na economia, sobre a participação e espaços participativos na produção de políticas públicas ou atribuem os mesmos valores a determinados problemas de políticas públicas.

Ainda com relação a essa temática, torna-se importante atentarmos para a grande variação na qualidade e quantidade de dados e informações disponíveis a que estamos vulneráveis na análise comparativa. Alguns países e certas áreas oferecerão maior quantidade de dados e informações produzidas, informarão de forma mais clara as metodologias de construção dos mesmos, bem como facilitarão o acesso a esses bancos de informação por pesquisadores. Outros não. E isso influenciará diretamente a pesquisa conduzida e limitará a capacidade de realização de comparações, o que se acentua quando a pesquisa não tem previsão de realização de trabalho de campo. Ademais, não obstante a qualidade e a transparência em torno das informações estatísticas, outros fatores influenciam a capacidade de acesso à informação e de consulta a documentos e artigos científicos como o idioma e o grau de desenvolvimento e de interconexão das universidades e institutos de pesquisa nacionais com redes internacionais.

No caso dos quatro países selecionados pela pesquisa, é suficientemente claro que o Brasil será o caso no qual conseguiremos obter estatísticas, informações, documentos e análises com maior facilidade. Não obstante o idioma, por estarmos no país e conhecermos bem as instituições acadêmicas e de pesquisa, bem como os órgãos governamentais do nosso campo de ação, isso nos será facilitado. O mesmo, contudo, fatalmente não acontecerá nos demais países, a saber: China, Índia e África do Sul. E isso se acentua em pesquisas como a que apresentamos aqui, que tem no levantamento bibliográfico e documental seu principal recurso metodológico (sem envolver pesquisas de campo). Por outro lado, a quantidade de materiais e documentos sobre os mecanismos de implementação dos ODS disponível em inglês e em bases internacionais, também, poderá ser um indicador geral do engajamento do respectivo país nas discussões da Agenda 2030 e dos ODS.

Damos, nessa pesquisa, uma definição bem ampla para os mecanismos de implementação, incluindo o conjunto de políticas públicas (ações governamentais, arranjos institucionais, espaços de diálogo e participação criados e promovidos pelos governos dos países etc.), no plano federal, que buscam promover a agenda 2030 e os ODS por meio da intervenção na área social, ambiental, econômica e institucional. No Brasil, por exemplo, o governo federal

instituiu a Comissão Nacional sobre Desenvolvimento Sustentável (Decreto 8892 de 27/10/2016), que é um espaço de articulação entre o governo, a iniciativa privada e a sociedade civil (Câmara Temática de Parcerias e Meios de Implementação dos ODS) com vistas a promover a concretização dos ODS e da Agenda 2030, e, em seus documentos institucionais, tem enfatizado os esforços de convergência do Plano Plurianual, principal instrumento de planejamento das políticas públicas, com as metas dos ODS.

Importante mencionar que as políticas públicas são vistas, aqui, não como o produto de uma intervenção racional e neutra, por meio da qual o poder público busca resolver um determinado problema percebido. São vistas, ao contrário, como uma construção social que é fruto de processos de disputa e negociação entre diferentes atores. Possuem, portanto, uma dimensão normativa, orientada por um determinado quadro conceitual, e envolvem decisões e definições que são projetadas, tanto no que diz respeito à natureza do problema a ser resolvido como no que tange à alocação de recursos. Elas ganham existência efetiva em meio a processos conflituosos que mobilizam: (i) atores sociais; (ii) instituições; (iii) quadros cognitivos e normativos de interpretação de problemas e soluções; (iv) marcos regulatórios; e (v) instrumentos de intervenção, entendidos aqui como dispositivos técnicos e sociais que organizam as relações entre as políticas públicas e seus destinatários. Os conflitos aqui referidos estão presentes não apenas na fase de formulação, mas durante todo o processo de implementação e de avaliação das políticas públicas.

Utilizamos, aqui, uma definição abrangente de política pública, mais próxima da ideia de “ação pública”, abarcando também, sob este rótulo, as ações desenvolvidas por organismos multilaterais e organizações privadas de interesse público, a exemplo das ONGs. Na pesquisa, centraremos, sobretudo, nas políticas públicas implementadas pelos governos federais, mas procuraremos, sempre que possível, incluir também em nossa análise as ações implementadas por outros atores sociais como empresas, organismos internacionais e organizações da sociedade civil relacionadas com a Agenda 2030 e os ODS.

Relevante perceber que, na atual conjuntura de economias liberalizadas (e cada vez mais financeirizadas) e globalizadas, com a crescente realocação das empresas capitalistas e o avanço na difusão das tecnologias de comunicação, intensifica-se o processo de transferência de políticas públicas. Mais do que um processo voluntário, neutro e de imitação de políticas públicas (*lesson draw*), alguns autores vêm chamando atenção para a dimensão política desse processo (STONE, 2000), relacionada com a estrutura de poder assimétrica sobre a qual se desenrolam essas transposições e com os processos históricos, espaciais e socioeconômicos que conformam o padrão de difusão das políticas públicas (não raro, do Norte para o Sul).

Destaca-se, nesse âmbito, o papel central de organizações internacionais, como a ONU, na difusão e transferência de determinadas políticas públicas. Nesse processo, as interferências internacionais não apenas se somam e se sobrepõem ao contexto local, mas alteram as lógicas e as formas como os processos são conduzidos nos territórios (HASSENTEUFEL, 2005). Se por um lado, essas influências internacionais são cada vez mais decisivas nas políticas nacionais e locais, ao serem transpostas para os contextos nacionais, esses mecanismos

precisam ser traduzidos para os mesmos, o que chama atenção para o papel dos atores, governamentais ou não, que os implementam. Essa transposição de um universo para o outro envolve processos de hibridização, nos quais as influências internacionais são moldadas e apropriadas por atores locais. Essa dimensão será particularmente importante em nossa pesquisa, possibilitando-nos explorar a diversidade de mecanismos que são colocados em marcha em cada contexto nacional e problematizando o peso do ambiente interno no desenho dos mesmos.

Por fim, para além de levantar as similaridades e disparidades entre os mecanismos de promoção da agenda 2030 e dos ODS, nos cabe nessa pesquisa apontar as oportunidades de cooperação e de potencialização das iniciativas de cooperação existentes. Nesse quesito, importante ressaltar que não acreditamos ou defendemos processos de transferência de modelos e de estratégias (bem como de mecanismos) tidos com “exemplares” num determinado ambiente para outros classificados como “carentes em inovações e soluções”, num processo que descontextualiza as experiências e os mecanismos analisados. Cada mecanismo, como vimos, resulta de uma rica combinação de capacidades internas com estímulos externos, numa trajetória não linear, conflitiva e contingente. O exercício de apontamento de oportunidades de cooperação realizado nesse trabalho, logo, não se centrará na transferência de diretrizes, estratégias, desenhos de implementação de políticas públicas ou práticas de promoção dos ODS de um país para o outro, mas buscará apontar as oportunidades para promoção de processos de diálogo e de aprendizagem, tendo por base uma visão sistêmica dos processos de inovação que atente para as especificidades da trajetória histórica dos diferentes países e regiões e e que tenha como referencial último a plena realização dos Direitos Humanos.

3.2 Principais Etapas da Metodologia

A metodologia da pesquisa seguirá duas linhas complementares. Na primeira será realizado um grande levantamento bibliográfico e documental, que nos possibilitará sistematizar e mapear os principais mecanismos implementados no Brasil, na África do Sul, na China e na Índia em prol dos ODS. Nessa etapa, para facilitarmos o trabalho de mapeamento e sistematização de informações sobre os países, elaboraremos um roteiro orientador para os pesquisadores que ficarão responsáveis por cada país selecionado na pesquisa (ponto 3.2.3). Na segunda linha, procuraremos manter, sempre que possível, um diálogo com atores (indivíduos e instituições) relacionados com a cooperação para o desenvolvimento sustentável, nos quatro países do BRICS estudados (Brasil, Índia, China e África do Sul), culminando na realização de um *workshop* com especialistas ao fim da pesquisa.

3.2.1 Levantamento Bibliográfico e Documental

O levantamento bibliográfico e documental será feito por palavras-chave nas principais bases de dados sobre pesquisas científicas, como Portal de Periódicos e Banco de Teses e Dissertações da Capes, e nos acervos de universidades como a UFRRJ, USP, UFRJ, UFMG,

UNICAMP, FGV e UnB, entre outras. Também serão rastreadas bases de dados universais e eletrônicas, como *Scielo*, *Google Acadêmico* e *Ebsco*. Nesse levantamento, estarão incluídos o MMA e o PNUD como fontes de dados secundários significativos.

Os temas sobre os quais pretendemos avançar nesse levantamento são a Agenda 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as diferentes maneiras como o Brasil, a China, a África do Sul e a Índia vêm promovendo esses compromissos nos seus contextos nacionais. Como sabemos, embora todos os países do BRICS tenham participado da definição dessa Agenda, a análise deverá levar em conta os objetivos nacionais de desenvolvimento e as características específicas de cada país.

A consulta a essas bases ocorrerá de forma sistemática, a partir de palavras-chave e operadores lógicos, para que se garanta a consistência na identificação e na revisão da literatura disponível sobre os temas do estudo. Algumas palavras-chave utilizadas serão Objetivos do Desenvolvimento Sustentável/*Sustainable Development Goals*, BRICS, 2030 Agenda, China, Brasil, Índia e África do Sul. Adicionalmente, serão vasculhados sítios eletrônicos institucionais de atores relacionados com o campo temático do estudo proposto, como da ONU, PNUD, de organizações representativas de atores empresariais (de empresas e organizações como o Instituto Ethos, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), governamentais (ministérios e outros) e de ONGs ambientalistas ou que promovem práticas de desenvolvimento (movimentos sociais, ONGs). O levantamento bibliográfico e documental inicial realizado segue no Anexo I desse produto. A bibliografia a ser recomendada pelo PNUD e pelo MMA será incluída no Produto 2, conforme definição da reunião de alinhamento entre a equipe de pesquisa, o PNUD e o MMA.

Após o levantamento preliminar da bibliografia disponível nessas bases de dados, ainda na fase inicial da pesquisa, os documentos serão organizados a partir das categorias, dos títulos, do ano de publicação e dos autores. A partir dos resumos dos documentos localizados, os mesmos serão classificados por ordem de prioridade para a pesquisa.

Esse levantamento nos permitirá redigir o relatório no qual mapearemos os mecanismos para implementação dos ODS (político-institucionais e setoriais), em cada país da pesquisa, bem como levantar as iniciativas de coordenação e cooperação para alcance dos ODS entre os países do BRICS e com outros parceiros. Sempre que possível, buscaremos refletir criticamente acerca das oportunidades e dos desafios que se apresentam no contexto dos países para que se consiga avançar na perspectiva de um modelo de desenvolvimento sustentável, justo e plural e na consolidação dos Direitos Humanos.

3.2.2 Diálogo com Especialistas

Os resultados finais da pesquisa (Produto 3) serão apresentados e discutidos num *workshop* com especialistas e gestores, organizado pelo MMA. O grupo de especialistas, sempre que possível, deverá ser composto, de forma equilibrada, por membros da academia, da gestão pública, da cooperação internacional, dos organismos multilaterais e da sociedade civil, de empresas entre outros. Como sugestões de instituições, temos:

- Academia – USP, UFRRJ, UFRJ, PUC-Rio, UnB, FLACSO/Brasil, FGV, UFPB etc.
- Gestão pública – ENSP/Fiocruz, ENAP, Secretaria de Governo, Instituto Rio Branco, ABC/MRE, MMA etc.
- Cooperação internacional – Misereor, União Europeia, Oxfam, Action Aid etc.
- Organismos multilaterais – OIT, OMS, OPAS, ONU-Habitat etc.
- Sociedade civil – ABONG, Rebrip, Justiça Global, FASE, CFEMEA, MNDH, MSF etc.
- Mundo empresarial.
- Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Não obstante, nosso principal recurso de pesquisa seja o levantamento bibliográfico e documental, sempre que possível, ao longo da pesquisa, procuraremos realizar, também, conversas com gestores e atores sociais que trabalham na implementação dos ODS e em outras iniciativas de coordenação e cooperação. Como:

- Gestores públicos que atuam na área da cooperação internacional.
- Gestores públicos que atuam na área da articulação e na gestão da Agenda 2030.
- Integrantes de organismos multilaterais que têm foco na Agenda 2030.
- Representantes de agências de cooperação que têm foco na Agenda 2030.
- membros de organizações ou redes da sociedade civil que atuam na defesa de direitos.
- Integrantes de instituições de pesquisa e centros de estudos sobre o tema.

A oficina de diálogo (*workshop*) será planejada e conduzida pelo MMA, cabendo à equipe de pesquisa elaborar a metodologia de realização da mesma e apresentar, nessa ocasião, os principais resultados da pesquisa. Na oficina será apresentada uma matriz contendo a sistematização dos mecanismos adotados pelos países de promoção dos ODS e da Agenda 2030, bem como das iniciativas de cooperação no âmbito dos BRICS.

Procuraremos aprofundar nesse momento:

- a) Grau de efetividade dos mecanismos e das iniciativas de cooperação entre os países, em particular os do BRICS (África do Sul, Brasil, Índia e China).
- b) Adequação dos mecanismos de cooperação às particularidades dos países.
- c) Prática de gestão compartilhada de recursos e de responsabilidades no âmbito dos mecanismos de cooperação.
- d) Desafios para a cooperação internacional de promoção dos ODS.
- e) Desafios para a implementação das metas dos ODS no Brasil e nos outros países estudados.
- f) Participação social no processo de implementação das metas dos ODS no Brasil e dos demais países estudados.
- g) Mecanismos de transparência e acesso à informação.

3.2.3 Levantamento dos Mecanismos de Promoção dos ODS por país

Para possibilitar o diálogo entre as diferentes atividades de pesquisa, permitindo avançar no levantamento comparativo dos mecanismos de promoção dos ODS e da Agenda 2030, elaboraremos um roteiro orientador do trabalho dos pesquisadores que analisarão cada um dos quatro países selecionados pela pesquisa.

Periodização: o período de análise se inicia no momento de negociação e criação dos ODS (2015) até hoje.

Serão objeto de nossa investigação os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Contudo, não obstante a transversalidade de todos os ODS, sempre que possível, procuraremos enfatizar e priorizar aqueles objetivos que tem relação direta com a área de atuação do MMA.

Termo de Referência para Elaboração dos Estudos dos Países (preliminar)

- a) Breve caracterização do contexto político, econômico, social e institucional do país analisado (se possível, trazer os objetivos nacionais de desenvolvimento).
- b) Antecedentes: breve discussão de como o país participou das discussões dos ODS e rápida retrospectiva de como foi a implementação dos ODM no contexto nacional (destacando principais instrumentos utilizados e os principais resultados alcançados).
- c) Apresentação dos principais mecanismos de promoção dos ODS e da Agenda 2030.

- **Mecanismos político-institucionais:** procuraremos explicitar os principais atores envolvidos na discussão dos ODS nos governos, bem como mapear os espaços de participação e de decisão (comissões, GTs, Conselhos, oficinas etc.) em que se organizam. Adicionalmente procuraremos destacar os principais instrumentos de

promoção, monitoramento e avaliação dos ODS implementados e as principais iniciativas de gestão que visam à promoção dos ODS. Incluiremos aqui também as iniciativas de fortalecimento e de revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável, em particular a cooperação Sul-Sul e outras iniciativas de cooperação e solidariedade (Objetivo 17).

- Apresentação dos mecanismos político-institucionais (descrição do mecanismo, contextualização e breve análise da sua operacionalização).
- Apresentação de iniciativas de cooperação no BRICS, se houver, e outros.
- Discussão das principais oportunidades e riscos relacionados aos respectivos ODS e aos mecanismos apresentados.

- **Mecanismos econômicos:** incluiremos aqui as ações voltadas para a promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, e as iniciativas de promoção de emprego e trabalho decente. Serão tratados aqui, também, instrumentos de promoção de infraestruturas voltados para a industrialização inclusiva e sustentável, medidas voltadas para assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e iniciativas voltadas para o combate à desigualdade de renda (Objetivos 8, 9 e 10).

- Apresentação dos mecanismos econômicos do país (descrição do mecanismo, contextualização e breve análise da sua operacionalização).
- Apresentação de iniciativas de cooperação no BRICS, se houver, e outros.
- Discussão das principais oportunidades e riscos relacionados aos respectivos ODS e aos mecanismos apresentados.

- **Mecanismos sociais:** incluiremos aqui ações voltadas para a erradicação da pobreza extrema, de garantia da realização da segurança alimentar, de promoção da agricultura sustentável e de erradicação da fome. Adicionalmente, incluiremos também iniciativas de combate à desigualdade de gênero, de promoção da saúde e educação, bem como de promoção da paz e do acesso amplo e irrestrito à justiça (Objetivos 1, 2, 3, 4, 5, 11 e 16).

- Apresentação dos mecanismos sociais do país (descrição do mecanismo, contextualização e breve análise da sua operacionalização).
- Apresentação de iniciativas de cooperação no BRICS, se houver, e outros.
- Discussão das principais oportunidades e riscos relacionados aos respectivos ODS e aos mecanismos apresentados.

- **Mecanismos ambientais:** incluiremos aqui os instrumentos voltados para o desenvolvimento sustentável, em particular para o gerenciamento adequado dos recursos hídricos, as ações de promoção das fontes de energia limpas e renováveis, as ações de combate à mudança climática e seus efeitos, bem como as medidas de proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres e de gestão sustentável de florestas entre outros (Objetivo 6, 7, 12, 13, 14 e 15).

- Apresentação dos mecanismos ambientais do país (descrição do mecanismo, contextualização e breve análise da sua operacionalização).

- Apresentação de iniciativas de cooperação no BRICS, se houver, e outros.
- Discussão das principais oportunidades e riscos relacionados aos respectivos ODS e aos mecanismos apresentados.

- Outros mecanismos que sejam percebidos.

- d) Levantamento de mecanismos de cooperação que possam ser utilizados pelo Brasil, como receptor e como provedor, com destaque para os países da pesquisa, mas também em outros blocos.
- e) Conclusão.

4. Equipe

Função	Nome completo	Qualificação básica	Atividades desempenhadas
Coordenadora	Karina Yoshie Martins Kato.	Pós-doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/UFRJ). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Graduação em Administração e Marketing (Faculdade da Cidade). Graduação em Ciências Econômicas (IE/UFRJ).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar a pesquisa: garantir o cumprimento de prazos, realizar diálogo com o Comitê de Supervisão etc. 2. Interagir com especialistas e gestores. 3. Costurar todos os relatórios e formatar como produto final. 4. Elaborar textos para os relatórios e revisar os relatórios das equipes. 5. Organizar a equipe de trabalho.
Pesquisadora senior	Ana Elisa S. Garcia Müller.	Pós-doutorado em Ciências Humanas (PUC-Rio). Doutora em Relações Internacionais (IRI/PUC-Rio). Mestra em Ciência Política (Universidade Livre de Berlim).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produzir textos para a pesquisa. 2. Interagir com especialistas e gestores. 3. Coordenar o trabalho dos pesquisadores júnior e dos assistentes de pesquisa.
Pesquisador senior	Luiz Fernando Ferreira.	Mestre em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Especialista em Turismo e Meio Ambiente (SENAC). Graduação em Biologia.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produzir textos para a pesquisa. 2. Interagir com especialistas e gestores. 3. Coordenar o trabalho dos pesquisadores júnior e dos assistentes de pesquisa.
Pesquisador senior	João de Jesus da Costa.	MBA em Gestão de Projetos (ISAN/FGV). Especialização em <i>Coach</i> Ontológico Empresarial. Bacharel em Psicologia.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produzir textos para a pesquisa. 2. Interagir com especialistas e gestores. 3. Coordenar o trabalho dos pesquisadores júnior e dos assistentes de pesquisa.

Função	Nome completo	Qualificação básica	Atividades desempenhadas
Pesquisadora júnior	Mariana Barbosa Barreiros Rubinello.	MBA em Gestão de Projetos. Graduação em Rádio e TV. Graduanda em Artes Cênicas.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento bibliográfico e documental, organização e sistematização. 2. Elaborar texto sobre os países com apoio de pesquisador sênior e da coordenação.
Pesquisadora júnior	Bruna de Oliveira.	Mestre pelo Instituto de Relações Internacionais PUC/Rio. Graduação em RI pela UFRRJ.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento bibliográfico e documental, organização e sistematização. 2. Elaborar texto sobre os países com apoio de pesquisador sênior e da coordenação.
Pesquisador júnior	Ricardo Dias.	Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Doutor pelo CPDA/UFRRJ. Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-GO.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento bibliográfico e documental, organização e sistematização. 2. Elaborar texto sobre os países com apoio de pesquisador sênior e da coordenação.
Assessoria da Coordenação	Pedro D'Andrea Costa.	Mestrando em Geografia pela UFF. Licenciado em Geografia pela UFF.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento bibliográfico e documental, organização e sistematização. 2. Apoiar a coordenação na elaboração dos produtos a serem encaminhados para o Comitê de Supervisão.
Assistente de pesquisa	Rodrigo Curtis.	Graduando em RI pela UFRRJ.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar os pesquisadores júnior na pesquisa. 2. Levantamento bibliográfico e documental
Assistente de pesquisa	Yasmin Bitencourt.	Graduanda em RI pela UFRRJ.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar os pesquisadores júnior na pesquisa. 2. Levantamento bibliográfico e documental

5. Cronograma de execução das atividades

A reunião de início do contrato, firmada entre a equipe de pesquisa, o PNUD e o MMA, foi realizada no dia 07 de agosto de 2018, às 14h na sede do MMA. A ata dessa reunião encontra-se no Anexo II desse Plano de Trabalho.

Nesse dia, foram discutidas as expectativas e prioridades da equipe do PNUD e do MMA, bem como constituído um Comitê de Supervisão do projeto composta por membros da equipe realizadora/PACS e membros do MMA. O Comitê de Supervisão será composto por Karina Kato (coordenadora do PACS) e, no âmbito do MMA, por José Paulo Toffano (DAI), por Débora (DAI) e Laís Teixeira de Freitas (SAIC). José Paulo Toffano e Débora serão os responsáveis pela análise técnica dos produtos e Laís Teixeira de Freitas será a gerente de projeto no MMA e a responsável pelo acompanhamento de todas as etapas da pesquisa.

Todos os produtos da pesquisa deverão ser encaminhados para esse Comitê. Ademais, esse comitê será responsável por negociar e tomar as decisões necessárias para a boa execução do projeto, bem como por avaliar, sugerir modificações/alterações e por aprovar os mesmos. Esse Comitê será a instância que garantirá governança da pesquisa, permitindo a interlocução contínua da equipe de pesquisa com as equipes do MMA para troca de informações e resolução das questões afetas à mesma.

Segundo o contrato, o projeto deverá ser executado em, no máximo, 150 (cento e cinquenta dias) dias a partir da sua assinatura, já incluídas as eventuais revisões dos produtos, sua compilação e diagramação. No entanto, tendo em vista o término do projeto do PNUD (PNUD BRA/11/022 – 00080644), o último produto da pesquisa deverá ser encaminhado em até 110 (cento e dez) dias, incluindo a aprovação do plano de trabalho. Para que esses prazos sejam cumpridos de forma tranquila, é muito importante que o Comitê de Supervisão consiga garantir, a partir da entrega dos produtos, uma ágil apreciação, solicitação de modificações (caso seja necessária) e aprovação dos mesmos.

Esse período será dividido da seguinte forma:

PRODUTO	VERSÃO PRELIMINAR	VERSÃO FINAL
Produto 1 (Plano de Trabalho)	10 dias	15 dias
<ul style="list-style-type: none"> • Reunião da equipe de pesquisa com PNUD e MMA (07/08). • Elaboração do Plano de Trabalho. 	Até 10/08	15/08
Produto 2	60 dias	70 dias

<ul style="list-style-type: none"> Mapeamento dos mecanismos de implementação dos ODS nos países selecionados. 	01/10/2018	10/10/2018
<ul style="list-style-type: none"> Levantamento das iniciativas de coordenação e cooperação para alcance dos ODS entre países dos BRICS e outros. 		
Produto 3	90 dias	100 dias
<ul style="list-style-type: none"> elaborar relatório final contendo as oportunidades de cooperação no contexto dos BRICS e de outros mecanismos como o Mercosul (com aportes da reunião) 	29/10/2018	09/11/2018
<ul style="list-style-type: none"> realizar <i>workshop</i> com especialistas para apresentar e discutir os resultados das atividades anteriores e prospectar oportunidades de cooperação. 	29/10/2018 a 02/11/2018	
<ul style="list-style-type: none"> refletir sobre as relações entre os mecanismos de implementação mapeados na etapa anterior, os ODS e a efetivação dos direitos humanos 		
<ul style="list-style-type: none"> apontar desafios na implementação das iniciativas de cooperação em prol dos ODS 		
Produto 4	105 dias	110 dias
<ul style="list-style-type: none"> compilar os produtos que foram entregues e aprovados. Fazer revisão bibliográfica e revisão. 	14/11/2018	19/11/2018

O alinhamento inicial com as equipes do PNUD e do MMA, a formação da equipe de pesquisa e a definição da metodologia da pesquisa durará cerca de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato (**primeira fase**). Eventuais ajustes no Produto 1, caso solicitadas, serão realizados em até 05 (cinco) contados a partir da entrega da sistematização das modificações a serem realizadas pelo Comitê de Supervisão, dada sua relevância para a continuidade do estudo.

As atividades principais dessa fase incluem:

- Realizar reunião com as equipes do MMA e do PNUD para planejamento das atividades de consultoria e estabelecimento do Comitê de Supervisão que cuidará da governança da pesquisa (07/08/2018).
- Elaborar o plano de pesquisa, com desenho do quadro metodológico.
- Iniciar a organização e a sistematização da literatura acerca do tema.
- Apresentar documento técnico com detalhamento da metodologia do estudo a ser elaborado.

Na reunião de alinhamento ficou decidido que o caráter, tamanho e composição do *workshop* com especialistas serão definidos pelo Comitê de Supervisão ao longo do trabalho de pesquisa.

Na **segunda fase** avançaremos no levantamento bibliográfico e documental, incluindo os documentos recomendados pelo PNUD e pelo MMA. O produto 2 será encaminhado para

apreciação do MMA e do PNUD em até 45 (quarenta e cinco) dias após a aprovação da metodologia, com a reserva de 10 (dez) dias para eventuais ajustes que forem solicitados.

As atividades principais dessa fase incluem:

- Fazer um breve estado da arte da discussão em torno dos BRICS (com destaque especial para os países selecionados).
- Elaborar uma breve retrospectiva dos ODM e ODS (com destaque para atuação dos países selecionados) e desenhar um panorama geral dos países selecionados pela pesquisa (dados gerais e com relação aos ODS).
- Apresentar o levantamento dos mecanismos relevantes para implementação dos ODS (político-institucionais e setoriais) em cada país do BRICS, descrevendo-os no contexto de suas realidades e especificidades e apontando os riscos para sua realização.
- Mapear as iniciativas de coordenação e cooperação para alcance dos ODS entre os países do BRICS e entre esses e outros parceiros.

Nessa fase, pretendemos manter, sempre que possível, um contato mais próximo com os especialistas, em particular com aqueles indicados pelo PNUD/MMA.

Na **terceira fase** prepararemos a matriz de mecanismos estabelecidos para implementação dos ODS nos quatro países selecionados, bem como das iniciativas de coordenação e cooperação entre os países. Essa matriz será apresentada e servirá de insumo para o *workshop*. Espera-se oferecer o produto 3 para apreciação do MMA e do PNUD em até 20 (vinte) dias após a aprovação do Produto 2, com a reserva de 10 (dez) dias para eventuais ajustes que forem solicitados.

As atividades principais dessa fase incluem:

- Elaborar relatório final contendo as oportunidades de cooperação no contexto do BRICS e de outros mecanismos, apontando desafios na implementação das iniciativas de cooperação em prol dos ODS.
- Realizar *workshop* com especialistas para apresentar e discutir os resultados das atividades anteriores, procurando sistematizar e refletir sobre seus aportes.
- Elaborar relatório com a reflexão entre os mecanismos de implementação mapeados na etapa anterior, os ODS e a efetivação dos direitos humanos.

Na última fase (**quarta fase**) todos os produtos que foram entregues e aprovados serão compilados em um único relatório. Ainda que cada produto seja entregue com a devida formatação sugerida no Termo de Referência e com revisão de língua portuguesa, serão providenciadas uma última revisão e a definição de um projeto gráfico, com edição e diagramação para fins de publicação, incluindo capa e contracapa.



Espera-se oferecer o produto 4 para apreciação do MMA e do PNUD em até 05 (cinco) dias após a aprovação do Produto 3, com a reserva de 05 (cinco) dias para eventuais ajustes que forem solicitados.

Bibliografia utilizada

LEICHTER, H. Comparative Public Policy: problems and prospects. *Policy Studies Journal*, volume 5, issues 1. Wiley Online Library, junho de 1977.

CROMPTON, R.; LYONETTE, C. Some Issues in Cross-National Comparative Research Methods: a comparison of attitudes to promotion, and women's employment, in Britain and Portugal. *Work, Employment and Society*, volume 20, número 2. Sage Publications, junho de 2006. pp. 403-414.

COLLIER, D. The Comparative Method. In.: FINIFTER, A. W. (ed.). *Political Science: the State of the Discipline II*. Washington: American Political Science Association, 1993. pp. 105-119.

FRANZESE JR., R. Multicausality, Context-Conditionality and Endogeneity. In.: BOIX, C.; STOKES, S. C. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Grã-Bretanha: Oxford University Press, 2007.

STONE, D. Learning lessons, policy transfer and the international diffusion of policy ideas. *Centre for the Study of Globalization and Regionalization*. 2000.

HASSENTEUFEL, P. De la comparaison internationale à la comparaison transnationale: les déplacements de la construction d'objets comparatifs en matière de politiques publiques. In.: *Revue Française de Science Politique*, volume 55, número 1. fevereiro de 2005.

Anexo 1: Levantamento preliminar de material bibliográfico e documental para a pesquisa

BRICS

GU, J.; SHANKLAND, A.; CHENOY, A. (eds). The BRICS in International Development. International Political Economy Series. Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2016.

NEVES, R. C. B. das.: FARIAS, T. G. VI BRICS – Academic Forum. Brasília: IPEA, 2014. 319p.

GRIFFITH-JONES, S.. Financing Global Development: the BRICS New Development Bank. Bonn: German Development Institute, 2015.

PAPA, M. Can BRICS lead the way to sustainable development? Peace and Politics. S/d.

VASQUEZ, K. C.; ROYCHOUDHURY, S.; BORGES, C. Building Infrastructure for 21st Century Sustainable Development: lessons and opportunities for the BRICS-Led New Development Bank. São Paulo: Conectas, 2017.

HOCHSTETLER, K. Infrastructure and Sustainable Development Goals in the BRICS-Led New Development Bank. Policy Brief, número 46. Centre for International Governance Innovation, 2014.

BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R.; HOIRISCH, C. Health and Development in BRICS Countries. Saúde Soc. Volume 23, número 2. São Paulo, 2014. pp. 390-403.

OXFAM. BRICS Development Bank. Oxfam, 2014.

BOND, P.; GARCIA, A. (eds.). BRICS: an anticapitalist critique. Londres: Pluto Press, 2015.

MARINO, R. The Future BRICS: a synergistic economic alliance or business as usual? Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014.

CRANE, R. Building Bridges among the BRICs. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

KOSOLAPOVA, E. BRICS commit to cooperate on SDGs, Climate Change. SDG Knowledge Hub. 12 de setembro de 2017.

NAIK, S. The Prospects and Challenges for Achieving Sustainable Development Goals under the BRICS-New Development Bank (NDB). International Research Journal of Interdisciplinary and Multidisciplinary Studies. Volume III, Issue V, junho de 2017. pp. 143-148.

ONU. Scaling-Up South-South Cooperation for Sustainable Development. Nova Iorque: United Nations Development Program, 2016.

ONU. Going Forward with Agenda 2030: leaders sharing experiences. Setembro de 2017.

ODS

ARTICLE 19. Open Development: Access do Information and the Sustainable Development Goals. Londres: Article 19, 2017.

BEISHEIM, M. Reviewing the Post-2015 Sustainable Development Goals and Partnerships: a proposal for a multilevel review at the High-Level Political Forum. SWP Research Paper. Berlin: RP1, 2015.

CARDOSO, A.; DAVID, G. C.; OLIVEIRA, I. P. de. Utopia or Dystopia? The Sustainable Development Goals in Brazil and in the World. S/d.

LUCCI, P.; KAHN, A.; STUART, E. Means of Implementation and the Global Partnership for Sustainable Development: what's in it for emerging economies. Sharing Policy Development, 2015.

OLSEN, S. H.; ZUSMAN, E.; MIYAZAWA, I.; CADMAN, T.; YOSHIDA, T.; BENGTSSON, M. Implementing the Sustainable Development Goals (SDGs): an assessment of the means of implementation (MOI). ISAP Conference Paper. Institute for Global Environmental Strategies, 2014.

REDDY, P. S. Localising the Sustainable Development Goals (SDGs): the role of local government in context. African Journal of Public Affairs, volume 9, número 2. Junho de 2016.

RUIJS, A.; HAIDE, M. Van der; BERG, J. Van den. Natural Capital Accounting for the Sustainable Development Goals: current and potential uses and steps forward. Haia: PBL Publishers, 2018.

SACHS, J, From Millenium Development Goals to Sustainable Development Goals. Lancet 379. Nova Iorque, 2012. pp. 2206-11.

BANCO MUNDIAL. Atlas for Sustainable Development Goals: from World Development Indicators 2018. Washington: Banco Mundial, 2018.

MATTOS, B,; SANTOS, M. From Brazilian Comprehensive Growth Strategy to Sustainable Development Goals. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2017.

BERTELSMANN STIFTUNG. SDG Index and Dashboards: a global report. Julho de 2015.

DELLOITE. A Nova Agenda da Sustentabilidade Global: a jornada empresarial na adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Brasil: Deloitte, 2016.



PLATFORM AGENDA 2030: How Sustainable is Switzerland? Implementing the 2030 agenda from a civil society perspective. Suíça,

KLAPPER, L.; EL-ZOGHBI, M.; HESS, J. Achieving the Sustainable Development Goals: the role of financial inclusion. Washington: CGAL, 2016.

MARTIN, M.; WALKER, J. Financing the Sustainable Development Goals: lessons from government spending on the MDGs. Development Finance International; Oxfam, 2015.

HIGH-LEVEL GROUP ON THE 2030 AGENDA. Champions to be? Making the 2030 agenda a reality. 2017.

ONU. Back to our Common Future: Sustainable development in the 21th Century (SD21) Project. Summary for policymakers. Nova Iorque: ONU, 2012.

ONU. Open Working Group Proposal for Sustainable Development Goals. Nova Iorque: ONU, s/d.

KPMG. Sustainable Development Goals (SDGs): leveraging CSR to Achieve SDGs. KPMG, 2017.

AGARWAL, N.; GNEITING, U.; MHLANGA, R. Raising the Bar: rethinking the role of business in the sustainable development goals. OXFAM, 2017.

ONU. Plano de Ação 2017-2019. Nova Iorque: ONU, 2017.

PNUD. Portfolio dos Projetos do PNUD Brasil à Luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: PNUD, 2016.

PWC. Delivering the Sustainable Development Goals: seizing the opportunity in global manufacturing. PWC, 2017.

PWC. Make it your Business: engaging with the sustainable development goals. PWC, 2015.

ONU. The Millenium Development Goals Report. Nova Iorque: ONU, 2015.

ONU. Progress Towards the Sustainable Development Goals: report of the Secretary-General. Nova Iorque: ONU, 2016a.

ONU. Progress Towards the Sustainable Development Goals: report of the Secretary-General. Nova Iorque: ONU, 2016b.

ONU. Progress Towards the Sustainable Development Goals: report of the Secretary-General. Nova Iorque: ONU, 2016c.

ONU. Progress Towards the Sustainable Development Goals: report of the Secretary-General. Nova Iorque: ONU, 2018.

ONU. Progress Towards the Sustainable Development Goals: report of the Secretary-General. Nova Iorque: ONU, 2018a.

ONU. Progress Towards the Sustainable Development Goals: report of the Secretary-General. Nova Iorque: ONU, 2018b.

ONU. The Millenium Development Goals Report. Nova Iorque: ONU, 2016.

ONU. World that Counts: mobilizing the data revolution for sustainable development. Nova Iorque: ONU, 2014.

ONU. The Millenium Development Goals Report. Nova Iorque: ONU, 2017.

ONU. The Millenium Development Goals Report. Nova Iorque: ONU, 2018.

ADAMS, B.; BISSIO, R.; LING, C. Y.; JUDD, K.; MARTENS, J.; OBENLAND, W. (eds). Spotlight on Sustainable Development. Líbano: ARAB NGO, 2016.

ADAMS, B.; BISSIO, R.; LING, C. Y.; JUDD, K.; DONALD, K.; MARTENS, J.; PRATO, S.; VERMUYTEN, S. (eds). Spotlight on Sustainable Development 2018. Líbano: ARAB NGO, 2018.

ADAMS, B.; BISSIO, R.; LING, C. Y.; JUDD, K.; DONALD, K.; MARTENS, J.; PRATO, S.; VERMUYTEN, S. (eds). Spotlight on Sustainable Development 2017. Líbano: ARAB NGO, 2017.

TOKAREVA, G. F.; SHALINA, O. I.; BARKOVA, E. E. The Role of Financial Sector in Provigind Sustainable Development Goals. Conf. Series Earth and Environmental Science, 107. 2018.

UNCTAD. New Innovation Approach to Support the Implementation of the Sustainable Development Goals. Nova Iorque: UNCTAD, 2017.

UGARTE, S.; D'HOLLANDER, D.; TREGURTHA, N.; HAASE, N. Sustainable Development Goals 2017. Suíça: WWF, 2017.

África do Sul

MULAUDZI, F. M.; PHIRI, S. S.; PEU, D, M.,; MATABOGE, M. L.; NGUNYULU, N.; MOGALE, R. S. Challenges Experienced by South Africa in attaining the Millenium Development Goals 4, 5 and 6. Health Care Fam. Med. Volume 8, número 2. 2016.

UN WOMEN. The Sustainable Development Goals (SDGS) and Africa's Agenda 2063. UN Women, 2017.

UNDP. Africa Sustainable Development Report: tracking Progress on Agenda 2063 and the Sustainable Development Goals 2017. UNDP, 2017.

PWC. Make it Your Business: engaging with the sustainable development goals. A South Africa Perspective. 2016.

CLOETE, F. Measuring Progress Towards Sustainable Development in Africa. African Journal of Public Affairs volume 8, número 2. 2015.

HAYWOOD, L.; FUNKE, N.; NAHMAN, A.; MUSVOTO, C.; AUDUAIN, M. The Sustainable Development Goals in South Africa: key actors, roles, relationships and gaps. 2017.

FOURIE, W. Aligning South Africa's National Development Plan With the 2030 Agenda's Sustainable Development Goals: guidelines from policy coherence for development movement. Sustainable Development, volume 1, numero 7. 2018.

HAYWOOD, L. K.; FUNKE, N.; AUDOUIN, M.; MUSVOTO, C.; NAHMAN, A. The Sustainable Development Goals in South Africa: investigating the need for multistakeholder partnership. Development Southern Africa, 2018.

CASAZZA, A.; CHULU, O. Aligning the Sustainable Development Goals to National Development Plan (NDP): towards domestication of the SDGs in South Africa. Wits School of Governance, 2016.

ONU. Sustainable Development Goals for the Southern Africa Subregion: summary report. Etiópia: ONU, 2015.

STRUCKMANN, C. A Postcolonial Feminist Critique of the 2030 Agenda for Sustainable Development: a south African application. Tese (Doutorado) – Faculty of Arts and Social Sciences, Stellenbosch University. Março de 2017.

China

OFFICE OF THE LEADING GROUP FOR PROMOTING THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT STRATEGY P. R. CHINA. Review Sustainable Development in China: agriculture, rural development, land, drought and desertification. Abril de 2008.

KIM, T. State's Partnership Strategies for SDGs Implementation and Competing Framing Power in Northeast Asia. UNESCAP NEADCF, 2016.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China's Progress Report: on implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Agosto de 2017.

LI, J. Role of Circular Economy in Achieving Sustainable Development Goals (SDGs): a case study of China. S/d.

ZHOU, T. Implementing SDGs: China's Progress and Approaches. s/d.

UNDP. Financing the Sustainable Development Goals in ASEAN: strengthening integrated national financing frameworks to deliver the 2030 agenda. S/d.

HORVATH, B. Identifying Development Dividends Along the Belt and Road Initiative: complementarities and Synergies between the belt and road initiative and the sustainable development goals. UNDP, s/d.

SHAH, A. Building a Sustainable Belt and Road. Spring, número 7. 2016.

ONU. Johannesburgo Summit 2002. China: Country Profile. S/d.

ONU. China's National Plan on Implementation of 2030 Agenda for Sustainable Development. 2016.

KUHN, B. M. China's Efforts. Disponível em: <https://www.dandc.eu/en/article/china-keen-promoting-sustainable-development>. Acesso em julho de 2018.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Financing the Sustainable Development Goals through Fossil-Fuel Subsidy Reform: opportunities in Southeast Asia, India, China. IISD, 2015.

AJOUANNET, I. O. SDF Implementation in G20 Countries: status spring 2017. WBCSD, 2017.

KUHN, B. Collaborative Governance for Sustainable Development in China. Open Journal of Political Science, 6. 2016. pp. 433-453.

UNDP. Philanthropy for Sustainable Development in China. China: UNDP, 2016.

PINNA, C.; UNDP and China's Belt and Road Initiative. s/d.

FUES, T.; YE, J. The United Nations Post 2015 Agenda for Global Development: perspectives from China and Europe. Bonn: Studies, 2014.

UNDP. China, the Millennium Development Goals Post 2015 Development Agenda. Discussion Paper. UNDP, 2015.

ZHENG, Y.; HWANG, B. S. Sustainable Development Goals in Motion: China's Progress and the 13th Five Year Plan. UNDP, 2016.

XUE, L.; WENG, L.; YU, H. Addressing policy challenges in implementing sustainable development goals through an adaptative governance approach: a view from transnational China. *Sustainable Development*, 26. 2018. pp. 150-158.

Índia

SEIDLER, R.; BAWA, K. S. India faces a long and winding path to green climate solutions. *PNAS*, volume 113, número 44. Novembro de 2016. pp. 12337-12340.

UNITED NATIONS. Voluntary National Review Reporto n the Implementation of Sustainable Development Goals – India. Nova Iorque: ONU, 2017.

BHAMRA, A.; SHANKER, H.; NIAZI, Z. Achieving the Sustainable Development Goals in India: a study of financial requirements and gaps. India: PNUD, 2015.

Social Watch. Sustainable Development Goals (SDGs) in Bangladesh: key challenges and missing links: focus should be on internal resource mobilization and effective democratic institutions. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/node/18086>. Acesso em Agosto de 2018.

BAHUGUNA, S. Sustainable Development in India: perspectives. *Perspectives*. s/d.

Social Watch. Achieving the SDGs: rhetoric and reality. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/node/18080>. Acesso em Agosto de 2018.

ONU. India and Sustainable Development Goals: the way forward. ONU, 2016.

ONU. India and the MDGs: towards a sustainable future for all. ONU, 2015.

GOSWAMI, A.; MITRA, D. J. S.; LUSHINGTON, K. Land and Sustainable Development Goals. S/d.

AAYOG, N. Development Monitoring and Evaluation Office. Nova Delhi, 2017. Disponível em: <http://niti.gov.in/writereaddata/files/SDGs%20V22-Mapping%20August%202017-VERIFIED-Uploaded.pdf>. Acesso em Agosto de 2018.

GLOBAL REPORT INITIATIVE. Mumbai Declaration on Sustainability Reporting for Sustainable Development. Mumbai: GRI, 2014.

RAMACHANDRAN, P. India's Transition from MDG to SDG: challenges and opportunities. NAMS-NFI, 2015.

NGANGOM, T. Building a follow-up and review framework for India's Sustainable Development Goal on Health. ORF, julho de 2016.



UN GLOBAL COMPACT. Pathways to Achieving Sustainable Development Goals Related to Water and Sanitation: an experience from India. Agosto, 2015.

BAKSHI, S. K.; KUMAR, I. India and Sustainable Developments Goals (SDGs). Policy Brief. Novembro de 2013.

HODA, A.; GULATI, A. India's Agricultural Trade Policy and Sustainable Development. Genebra: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD), 2013.

FACULTY OF HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCES, SYMBIOSIS INTERNATIONAL UNIVERSITY. Transforming India 2030: Strategies for Sustainable Development Goals. India: Faculty of Humanities and Social Sciences, Symbiosis International University, 2017.

Brasil

GOMES, M. B.; ALBERNAX, L. R.; NASCIMENTO, A. C.; TORRES, F. R. Accountability and Transparency and the Implementation of the 2030 Agenda in Brazil: contributions from the Federal Court of Accounts. Revista do TCU, 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. A Implementação dos ODS e da Agenda 2030 no Brasil: indicadores nacionais ambientais como subsídio para construção dos indicadores ILAC. Brasília: MMA, 2017.

BRASIL. Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasil: Presidência da República do Brasil, 2017.

BLANCO JUNIOR, C. Governance in Brazil: how the use of SDG data can help to deliver better results in public administration. Setembro de 2017.

BRASIL. Presidência da República. CLXV Reunião Ordinária do Conselho Pleno da ANDIFES. Natal, julho de 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a Identificação de Indicadores Nacionais Referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: PNUD, 2015.

GESTOS e IDS. Spotlight Synthesis Report: the 2030 sustainable development agenda in Brazil. S/d.

PRME CHAPTER BRAZIL. Good Practice Handbook for the Dissemination of the SDG in Educational Institutions: a Brazilian reality. 2016.

CNM. Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros: o que os gestores municipais precisam saber. Brasília: CNM, 2016.



CAISAN. Brazil's Commitments to the United Nations Decade of Action on Nutrition (2016-2025). S/d.

SIQUEIRA, F. A Implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil e os Desafios das Metas em Educação. Ação Educativa, Assessoria Pesquisa e Informação, 2017.

UNESCO. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem. Brasil: UNESCO, 2017.

MARTINELLI, F. ; LUCAS, I. L.; PINTO NETA, L. C. How Far are the Brazilian Amazon Cities to Achieve SDGs? An Analysis based on SDGs and Social Progress Index Indicators. S/d.

AUJOUANNET, I. O. SDG Implementation in G20 Countries: status spring 2017. Brasil: WBCSD, 2017.

ONU BR. Glossário de Termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Brasil: ONU, 2017.

KABEER, N.; SANTOS, R. Intersecting Inequalities and the Sustainable Development Goals: insights from Brazil. Brasil: LSE, agosto de 2017.

IPEA. Erradicando a Pobreza e Promovendo a Prosperidade em um Mundo em Mudança: subsídios ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasil: IPEA, 2018.

FARIAS, A. L.; SOARES, D. F.; FREITAS, D. F.; ARROYO, E. M. V.; KUWAJIMA, J. I.; BRONZATTO, L. A.; CUCIO, M. S.; FECHINE, V. M. R. Diálogos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Desafios para a Gestão da Água e do Saneamento no Brasil. Documento apresentado no 8º Fórum Mundial da Água. 2017.

SOARES, S. S. D.; OSÓRIO, R. G. Sustainable Development Goals (SDGs): less is more! One pager, número 277. Brasília: International Policy for Inclusive Growth, 2015.

IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2015. Brasil: IBGE, 2015.

BRASIL. Municípios Sustentáveis. Seminário Federativo com as Entidades Municipalistas Estaduais. Brasília, 01 de setembro de 2016.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL SOBRE A AGENDA Pós-2015. Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: elementos orientadores da posição brasileira. Setembro de 2014.

ONU. Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: implementação e acompanhamento no nível subnacional. Brasil: ONU, 2016.



ONU. Climate Partnerships for a Sustainable Future: an initial overview of South-South cooperation on climate change in the context of sustainable development and efforts to eradicate poverty. S/d.

MACHADO FILHO, H. Documentos temáticos: objetivos de desenvolvimento sustentável 1, 2, 3, 5, 9 e 14. Brasil: ONU, 2017.

FORUM ECONÔMICO MUNDIAL. Atlas: mapeando os objetivos de desenvolvimento sustentável na mineração. Agosto de 2017.

KORBES, L. Agenda 2030 Brasil: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Alinhamento de Políticas Públicas aos ODS. Brasil: SNAS, S/d.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Observatório do Futuro: núcleo de monitoramento dos ODS. São Paulo: TCESP, 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT GROUP 2016. The Sustainable Development Goals are coming to life: stories of country implementation and UN support. United Nation Development Group, 2016.

FRESNEDA, B. Implementation of SDG4 in Brazil. IBGE, 2018.

Anexo II: Registro da reunião de alinhamento sobre o Contrato BRA10-36503, resultante da licitação JOF-0318/2017, vinculado ao Projeto PNUD BRA/11/022 – 00080644.

Data: 07 de agosto de 2018, das 13h30 às 15h00.

Local: Sala de reuniões da SAIC/MMA, 9º andar.

Presentes:

Rejane Pieratti – Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC).

José Paulo Toffano – Diretor do Departamento de Articulação Institucional (DAI).

Franciene Martins Araujo – Analista do MMA e Diretora Substituta do Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentável (DPCS).

Tânia Maria de Souza – Analista Ambiental (DPCS).

Edson – Analista Ambiental (DAI) – veio em substituição a Débora.

Laís Teixeira de Freitas – Gerente de projeto (SAIC).

Gonzalez Braga Alves – Coordenador (DAI).

Rivaldo Pinheiro Neto – Analista Ambiental (MMA).

Karina Kato (Pesquisadora do PACS e UFRRJ).

Luiz Fernando Ferreira (consultor e pesquisador do PACS).

João de Jesus da Costa (consultor e pesquisador do PACS).

Relato:

Rejane Pieratti (SAIC) deu boas vindas a todos e iniciou a reunião explicando a importância da reunião de alinhamento, que marca o começo de um projeto novo. A ideia dessa conversa, segundo a Secretária, é alinhar as expectativas e nivelar os entendimentos sobre o edital aprovado, antes de se iniciar a pesquisa. Iniciou sua fala explicando quais eram as expectativas geradas com a pesquisa e procurou aprofundar o que se esperava quando o edital foi feito. Explicou que a proposta da pesquisa, inclusive, havia sido desenhada pela Diretoria de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentável (DPCS). A sra. Rejane aproveitou para colocar que, a partir de agora, o projeto passará para o Departamento de Articulação Institucional (DAI), e que José Paulo Toffano e Débora serão os responsáveis técnicos por analisar e aprovar os produtos gerados pela pesquisa. Ademais, aproveitou para solicitar que os produtos não sejam grandes demais e que a linguagem seja agradável, de modo a tornar os produtos mais acessíveis aos gestores. Por fim, citou o exemplo de uma pesquisa que se encontra em andamento com a Fundação COPPETEC/UFRRJ, que será apresentado no dia 30 de agosto na Casa Civil para a Comissão Nacional dos ODS, da qual o MMA é parte. A equipe de pesquisa aproveitou para solicitar que esses estudos sejam disponibilizados para consulta, caso possível, o que foi aceito na reunião. Assim, segundo a Secretária, tão logo esses documentos sejam aprovados e tornados públicos, os mesmos serão disponibilizados para a equipe de pesquisa.

Logo em seguida, a sra. Rejane Pieratti solicitou que a analista Tânia Souza resgatasse as intenções do MMA no momento de elaboração desse edital. Tânia lembrou que o projeto ao qual o edital dessa pesquisa está vinculado foi idealizado há muito tempo atrás, na época dos preparativos para a Rio +20 (2012). Como até 2016, esse projeto não havia sido iniciado, foram realizados ajustes no projeto para incluir os desdobramentos da Rio +20. A pesquisa passou a se concentrar nos países do BRICS. Colocou que a ideia central é identificar o que existe de experiências nesses países em relação aos ODS, ver o que pode ser aproveitado e o que não pode ser aproveitado. Sabe-se que esses países têm similitudes e muitas disparidades, talvez mais disparidade que

semelhanças. A tarefa então é fazer um mapa dessas experiências nos países do BRICS e analisar quais dessas experiências poderemos aproveitar para o Brasil, nos inspirar e customizar, se for o caso. Acrescentou que, ainda na gestão passada, houve a decisão de que todos os produtos derivados dos editais lançados pelo MMA deveriam ser internalizados pela equipe e pelos gestores do MMA, para que não virassem produtos de gaveta. Por isso, foi lançada no edital dessa pesquisa a realização de um *workshop*, para que antes que antes da versão final do produto, se faça uma discussão, um diálogo não apenas com o Ministério, mas com outros atores também (de fora). Declarou que, como pesquisadores, sabemos que temos nossos limites, e isso é justamente para que outras pessoas possam levantar questões que não vimos no momento de realização da pesquisa.

A equipe da pesquisa aproveitou para perguntar para os representantes do MMA, então, porque no objeto do Edital e na Proposta Técnica, a Rússia não estava incluída dentre os países a serem pesquisados, uma vez que faz parte dos BRICS. Como no objeto descrito no Termo de Referência do Edital a Rússia não estava incluída dentre os países que deveriam ser objeto da pesquisa, a equipe de pesquisa entendeu que a exclusão fosse deliberada, e preparou toda a proposta técnica tendo em vista quatro países constituintes dos BRICS, ou seja, Brasil, Índia, China e África do Sul. Tendo em vista isso, o Plano de Trabalho elaborado pela pesquisa também se centrou nos quatro países explicitados no Edital, a saber: África do Sul, Brasil, China e Índia. Os representantes do MMA manifestaram que não tinham atentado para essa questão. Todos acharam que isso deve ter sido um erro na elaboração do edital, um problema de 'copia e cola'. Segundo Rejane Pieratti, a exclusão da Rússia não havia sido uma decisão de ninguém ali presente. Tânia concordou e mencionou que isso era estranho, porque na época em que o edital foi desenhado, estavam discutindo no MMA se o Brasil faria ou não um acordo de cooperação com a Rússia, o que resultou na decisão por se realizar cooperação com a Rússia (muito embora não saibam, hoje, se isso de fato se concretizou). A secretária ficou de consultar a sra. Renata Calazans do PNUD para entender os motivos da exclusão da Rússia e ver como se poderá corrigir essa falha. Ficou combinado que assim que conseguisse uma resposta para isso entraria em contato com a equipe de pesquisa para que possamos decidir como prosseguir. Segundo sra. Rejane Pieratti, é necessário checar com o PNUD, também, como devemos tratar essa questão tendo em vista o contrato e o edital e a impossibilidade de alteração de escopo. A equipe de pesquisa mencionou que, com relação à inclusão da Rússia, era importante avaliar também a quantidade de materiais disponíveis para esse país. Segundo levantamento preliminar, não há muitos documentos sobre a implantação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Rússia, o que poderia prejudicar a pesquisa. A equipe de pesquisa apresentou uma lista preliminar de alguns documentos localizados em relação à Rússia.

A equipe de pesquisa comentou a importância da realização do *workshop*, mas colocou que tinha uma dúvida: pelo edital a equipe entendeu que a logística do *workshop* não seria responsabilidade da equipe de pesquisa, mas do MMA, cabendo à equipe pensar numa metodologia e fornecer os resultados da pesquisa que serão discutidos junto aos especialistas. Como não havia menção do tamanho, caráter, local e formato do *workshop* no Edital, a equipe de pesquisa entendeu que o *workshop* não seria uma atividade da pesquisa, mas uma atividade do MMA na qual se apresentaria a pesquisa. Ademais, a equipe de pesquisa colocou que um dos pontos que precisava ser definido era o momento em que esse *workshop* seria realizado. Havia dúvidas, por parte da equipe de pesquisa, se *workshop* se seria uma forma de validação do

produto final (realizado, portanto, ao final da consultoria) ou se seria uma reunião inicial para recolhimento de insumos para a pesquisa. A Secretária ficou de checar a questão do custeio do *workshop*. Com relação ao momento para realização desse evento, ficou decidido na reunião que o mesmo teria o caráter de validar o produto, ou seja, será realizado antes do último produto, de modo a fornecer subsídios para o produto final. De qualquer maneira, ficou acertado que se a equipe de pesquisa e o MMA manteriam diálogo contínuo e, ao longo do trabalho da consultoria, reavaliariam o melhor momento para a realização do *workshop*. Com relação ao caráter, formato, tamanho, ficou decidido que vamos conversando e definindo na medida em que o trabalho for caminhando. Foi mencionada a necessidade de se considerar a possibilidade de usar novas tecnologias para a realização do *workshop*, como videoconferência.

A equipe de pesquisa aproveitou para consultar os presentes sobre os materiais bibliográficos que, segundo o Edital, deveriam ser incluídos em nosso levantamento bibliográfico. Segundo o edital, no levantamento bibliográfico do Plano de Trabalho, devemos incluir a listagem de documentos indicados e sugeridos pelo MMA e pelo PNUD. Segundo a Secretária não existe, no momento, essa listagem de documentos a serem indicados pelo PNUD e pelo MMA. Combinou-se, então, que a equipe de pesquisa fecharia o Plano de Trabalho contendo apenas o levantamento bibliográfico e documental preliminar realizado pela própria equipe e, caso sejam indicados materiais bibliográficos e documentais pelo PNUD e pelo MMA, os mesmos serão acrescentados e analisados no Produto 2.

A Secretária mencionou a importância de se conversar com o representante do PNUD para os ODS, sr. Haroldo Machado, e Tânia sugeriu que a equipe de pesquisa conversasse também com o sr. Julio Baena, da Assessoria Internacional do MMA. Rejane Pieratti mencionou que a secretária executiva da SAIC poderia agendar essas conversas para a equipe de pesquisa. Mais uma vez foi lembrado que o diálogo da equipe de pesquisa será com Débora (responsável pela parte técnica) e Laís Freitas, gerente de projeto. Foi informado que Débora faz horário especial, estando disponível apenas no período da manhã.

A equipe de pesquisa, adicionalmente, apontou uma outra questão: haverá esforço para trazer o máximo de informações sobre as experiências e os mecanismos de promoção dos ODS. Contudo, ressaltou que, como se trabalhará apenas com pesquisa documental e sem pesquisa de campo, a apreensão completa das experiências pelos pesquisadores fica prejudicada. Além disso, a equipe de pesquisa colocou a importância de sempre se contextualizar as experiências, evitando descontextualizá-las. Não poderemos oferecer uma receita de bolo, um manual, pois isso não dará certo em nenhum lugar. Como essas experiências são enraizadas, o contexto em que foram construídas precisa ser considerado. Tânia concordou que se deve tomar cuidado para não descontextualizar as experiências. Enfatizou que a perspectiva de políticas comparadas como estratégia internacional exige um nível de agregação maior. A equipe de pesquisa colocou a importância de buscar-se inspiração nessas experiências, evitando a simples reprodução ou transposição. O mapeamento das experiências, nesse sentido, seria uma forma de apresentação de um leque diversificado de como esses quatro países estão tratando determinados problemas públicos. A ideia é que os gestores possam se inspirar nessas experiências, mas necessariamente terão que adaptá-las, traduzi-las para o contexto brasileiro.

A equipe de pesquisa colocou ainda o receio e as limitações para incluirmos o Mercosul nas sugestões, tendo em vista que o edital e a pesquisa têm, de fato, como foco o BRICS e não o Mercosul. Para a equipe de pesquisa o importante é focar e aprofundar a situação nos países do BRICS, o que foi concordado por todos os presentes. A Secretária concordou que o foco da pesquisa é o BRICS mesmo e ressaltou que eles devem ser priorizados, pois o Mercosul foi uma demanda que veio depois. Acertou-se, então, que se após todo o mapeamento dos mecanismos dos BRICS, for encontrada alguma experiência que possa ser utilizada em outro bloco, isso será incluído no relatório da pesquisa.

Ao término da reunião, José Paulo Toffano e Laís Teixeira de Freitas ressaltaram que esse Projeto com o PNUD, Projeto PNUD BRA/11/022 (Estudos para o Fortalecimento da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável), acaba em dezembro deste ano (12/2018). Isso implica uma redução significativa no período disponível para a realização e conclusão da pesquisa, que contratualmente estava previsto para encerrar-se em 29 de dezembro de 2018. O tempo para realização da pesquisa e o teto para finalização do último produto, logo, é 15-20 de novembro.